

MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2021

02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2020.

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 38813**, datado de **2021.06.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.06.07, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada) e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos documentos acima referenciados, que foi reencaminhado a todos os seus membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 36.292/2021, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a anexar o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020. -----

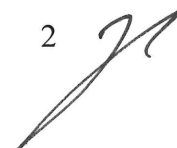
---- O **Senhor Presidente** solicitou a presença na reunião do **Chefe** daquela divisão, que procedeu a uma breve síntese da prestação de contas, designadamente: -----

- Análise orçamental; -----
- Análise económico-financeira; -----
- Cumprimentos dos limites legais da despesa; -----
- Monitorização do plano de ajustamento financeiro; -----
- Evolução e proposta de aplicação dos resultados. -----

---- Tomou a palavra o **Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis**, que expôs as questões a seguir enumeradas, cujas respostas igualmente indicadas, foram prestadas pelo **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**: -----

“1 – Queiram por favor esclarecer os **prazos de aprovação das contas**, pois existe alguma confusão com as datas limites de 31 de Maio e 30 de Junho. Estará o Município em incumprimento? Se está em incumprimento, quais as consequências?” -----

---- “Considerando que o prazo para comunicar ao Tribunal de Contas, a aprovação do Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Município referente ao exercício de 2020 é 30



de junho de 2021, posterior à data indicada para a aprovação dos referidos documentos (31 de maio de 2021), veio a Direção Geral das Autarquias Locais esclarecer que os Municípios têm apenas que cumprir com a data de comunicação ao Tribunal de Contas.” -----

“2 – No Ativo está registado um crescimento de 2,6 M€ nas “**Participações financeiras**”. A que se deve?” -----

---- “Importa observar que, com a implementação do SNC-AP, tornou-se imperativo a elaboração de um novo balanço com saldos iniciais a 01/01/2020, do qual mensuram reconhecimentos e (des)reconhecimentos, face ao último balanço apurado em POCAL, razão pela qual não é adequado efetuar uma análise comparativa e evolutiva.” -----

“3 – Também no Ativo na conta “**Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis**”, regista-se um crescimento de cerca 3,875 M€. A que se deve?” -----

---- “Deve-se à obrigatoriedade de reconhecer contabilisticamente no momento da assinatura do contrato de financiamento, o montante de comparticipação comunitária ou nacional inerente às candidaturas aprovadas, ou seja, previamente ao seu recebimento.” -----

“4 – No Património Líquido, a conta de “**Resultados transitados**” sofreu um crescimento negativo de mais de 4,5 M€. Como se explica esta variação se no período anterior tivemos um exercício positivo em cerca de 393 m€?” -----

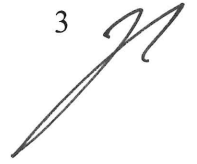
---- “A variação negativa teve origem na necessidade de se reformular o período de amortizações e depreciações dos ativos, relativos a exercícios anteriores, decorrente da alteração da sua vida útil.” -----

“5 – Naturalmente, por força a adaptação do SNC-AP, houve alterações substanciais na contabilização dos **Acréscimos e Diferimentos** dos custos e proveitos. Consegue nos elucidar quanto a esta nova prática?” -----

---- “Esta questão está relacionada com as alterações dos modelos de imputação contabilística dando exemplo, a circunstância inerente aos fundos comunitários.” -----

“6 – Em relação à receita do **IMT**, a que se deve a descida brutal do imposto? Deve-se à menor atividade económico devido à pandemia ou resulta de algum ajustamento a anos anteriores?” --

---- “Será de realçar que 2019 apresenta um valor materialmente relevante relativo a reembolsos e restituições deste imposto, circunstância que, observado o princípio da não compensação, deriva num valor das receitas brutas registadas em 2019, sobreavaliadas, face ao valor líquido efetivo.” -----



---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a Mesa da AMO entendeu convidar o Auditor Externo que acompanha a atividade desenvolvida pelo Município de Ourém e que apresentou, nos termos legais, o parecer anual (2020) sobre as contas individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, participando por videoconferência, o R.O.C. n.º 1238, senhor Paulo Fernando da Cruz Braz, a quem foi dada a palavra. -----

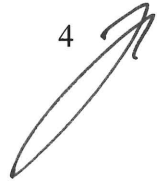
----- Tomando a palavra, o Auditor Externo expôs a informação constante do referido Parecer Anual (2020), previamente remetido à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea e), do n.º 2, artigo 77.º, da Lei 73/2013, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, e bem assim para efeitos previstos no n.º 3, do artigo 76.º, do mesmo diploma legal (documento devidamente arquivado na respetiva pasta da sessão) -----

----- De seguida, participou, também por videoconferência, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, procedendo a uma exposição técnica sobre a matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Terminadas as exposições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo aos oradores, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista expôs o seguinte: “Gostaria de começar por uma curiosidade dos números. Esperava que o Dr. Fernando Marques falasse nisto porque é um número estranho, porque não tenho conhecimento de nenhum aumento significativo dos vencimentos dos órgãos eleitos, onde aparece um aumento de quase 15% do valor gasto com os membros dos órgãos autárquicos. Pode ser algum acerto, questão contabilística, mas gostaria de perceber e ver esclarecido porque é um número grande, 15% de aumento. -----

Senhor Presidente da Câmara, na sua explicação emendou um bocadinho a mão porque, na sua exposição inicial, consta uma afirmação que não é verdadeira. Presumo que não seja uma distração. Na mensagem do relatório de gestão e prestação de contas de 2020 diz que, este era o maior investimento aplicado no Município de Ourém nos últimos 16 anos. Isto não é verdade, tendo em conta alguns números que tenho. Presumo eu que não seja verdade e que os números que tenho sejam corretos. -----



O senhor Presidente de Câmara, já por várias vezes, falou em três milhões de euros gastos no combate à pandemia. Os números que estão aqui plasmados, falam-nos de 535 mil euros, durante o ano de 2020, ou seja, aproximadamente 1% do proposto em orçamento. Vem reforçar aquela triste imagem que trouxemos a esta Assembleia Municipal, quando no insuspeito relatório do Tribunal de Contas aparecíamos como um dos dez piores concelhos na aplicação de valores. Pergunto, terá sido pelas críticas da oposição que houve essa mudança de paradigma? -----

Para terminar, gostaria de falar de uns números, de um gráfico absolutamente esclarecedor que ali apareceu, cobertura orçamental das despesas pagas, ou seja, foi de 73.2, pior do que 2018 e 2019. -----

Poderíamos também falar do valor pago nas grandes opções do plano, 65.1. Pergunto, se está contente com estas execuções.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

A todos os Oureenses que nos acompanham através da transmissão online, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-Partido Popular, gostaria de saudar a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, que de uma forma pragmática e clara, demonstrou que o Executivo Municipal da ‘Coligação Ourém Sempre’ tem vindo a levar a cabo, uma estratégia positiva e coesa desde o início do mandato. -----

Gostaria de me congratular em nome da bancada municipal que represento, com o resultado apresentado no Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano de 2020.

No nosso entender, a atividade política deve ser sempre pautada pela exigência e pela coerência. Já durante o período em que nós, a 'Coligação Ourém Sempre' exercemos o nosso mandato na oposição, sempre nos batemos pela implementação de rigor nas contas municipais, isto, porque no nosso entender, é a única forma de não apenas, cumprirmos o programa que apresentamos a sufrágio, mas também irmos ao encontro dos verdadeiros destinatários da nossa ação política, de forma transparente e verdadeira. -----

Foi com base nestas premissas, que assumimos compromisso de promover uma gestão eficiente, equilibrada e transparente dos serviços municipais reduzindo, em simultâneo, a dívida e a carga fiscal que sujeitava – e ainda sujeita - tanto as famílias como as empresas. -----

A redução e a eventual extinção de impostos e de taxas constituem um fator essencial para promover e favorecer as famílias, potenciar o tecido social e económico e contribuir para a criação de mais postos de trabalho e conseqüentemente de mais riqueza ao nível municipal, bem como para fomentar políticas urbanísticas, de desenvolvimento, de combate à desertificação e de recuperação de zonas do interior do nosso concelho. Mas como todos bem sabemos, só é possível baixar taxas e impostos se a gestão dos dinheiros públicos for absolutamente rigorosa. Por isso, cada dia que passa em que a dívida é mais baixa e os dinheiros são geridos com mais rigor, mais esperança temos de que a despesa de hoje não se transforme em dívida e, ou seja, em impostos e taxas amanhã. -----

Assumir o desafio da pandemia, desafio esse, para o qual nada nem ninguém estava preparado, foi um ato de muita coragem e de responsabilidade acrescida, e não obstante ao facto das conseqüências naturais que daí advieram, e que o Sr. Presidente da câmara municipal já teve a oportunidade de enunciar, enaltecemos a resposta cabal dada pelo município em nome do bem-estar social do nosso concelho e de todos os nossos munícipes, empresas e instituições. -----

Ora o Relatório hoje apresentado a esta Assembleia também nos dá esperança e alento, uma vez que o mesmo configura um investimento total na ordem dos 13,6 milhões de euros, refletindo-se neste valor um aumento de 7,2 milhões de euros, quando comparado com o exercício do ano anterior, uma vez que o mesmo é o maior investimento aplicado pelo Município de Ourém desde 2005. -----

Perante este facto, e pela apresentação que nos foi feita, relativamente ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referente a 2020, destaco também, por exemplo, o facto

de o município não ter pagamentos em atraso, bem como as dívidas a terceiros terem descido de forma ímpar quando comparado com um período de praticamente duas décadas. -----

Na sequência da explanação do resultado líquido do exercício, o CDS regozija-se com a forma exímia como tem sido conduzida a gestão levada a cabo pelo executivo PSD-CDS, e entendemos que é este o caminho certo, contas em dia, contas certas, contas robustas e saudáveis. -----

Foi, portanto, possível avançar com um plano cuidadosamente construído quer do ponto de vista de visão estratégica, quer do ponto de vista financeiro. Estamos onde sempre estivemos, a lutar diariamente pela qualidade de vida dos ourenses. -----

O projeto que levamos a cabo nunca foi de 4 anos, desengane-se quem pensa que a estratégia que temos é de 4 anos, que a visão que temos é para 4 anos. Ele vai bastante para além desse período temporal e se essa for a vontade dos ourenses, veio para ficar. -----

É, por isso, que quando se fala de Estratégia, a mesma é e tem que ser pensada e construída de forma responsável e sem onerar de forma irresponsável as gerações vindouras, ou seja, a mesma não poderá ser concretizada se não dispusermos de uma estratégia de sustentabilidade financeira capaz, de a alicerçar e suportar. E isto não é ser economicista nem colocar o dinheiro acima seja do que for. É, simplesmente, ser responsável. -----

Portanto, Senhor Presidente da Assembleia e, em especial, Senhor Presidente da Câmara, o CDS congratula-se com o caminho traçado e, mais do que isso, com a forma como V.^a Ex.^a, e o Executivo a que preside têm gerido eficiente, equilibrada e transparentemente os dinheiros e os serviços públicos autárquicos. Com a inestimável vantagem de ter vindo sempre a reduzir a carga fiscal sobre as pessoas, as famílias e as empresas. Para nós é, e será este o caminho! --
Cá continuamos a honrar os compromissos que assumimos para com os ourenses, de forma responsável e sem comprometer o futuro coletivo. Isto é, o futuro de Ourém e os Ourenses. ---
Tenho dito.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente -----

O senhor Presidente da Câmara dizia, há pouco, que durante estes três anos de mandato, em especial este último ano, que a amortização aumentou muito os créditos; que o valor da dívida nunca foi, tão baixo, nos últimos 20 ano; que não há pagamentos em falta; a capacidade

financeira também aumentou. Mas, disse também que o investimento aumentou em 2020. Perguntava o porquê do aumento do investimento só em 2020. -----

Obrigada” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Ou por lapso ou pelo que vi do relatório, na página 113-114, aparece, em relação à rua Professor Pimentel, a fiscalização da empreitada, duas vezes. -----

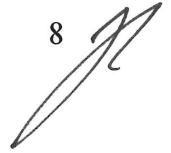
E, na página 115-116, os projetos e procedimentos de reabilitação da rua Professor Pimentel, também aparece duas vezes. -----

Penso que será por engano ou então, é outro projeto que estava previsto e não se realizou em Seiça! -----

Outra questão. Não há dúvida nenhuma que é importante o superávit orçamental e é um exemplo de boa gestão. À semelhança do que referi, no ano transato, penso que o investimento também deve ser uma preocupação ao nível das freguesias para criar condições a nível do desenvolvimento. Dado que, neste momento, o investimento público é fundamental para apoiar os empresários e para o desenvolvimento regional, no meu ponto de vista, penso que se poderia ter ido, um pouco mais longe, a nível do investimento, a nível das freguesias. ---
Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA expôs o seguinte: “No relatório do senhor Revisor Oficial de Contas era focada a não existência de qualquer apólice de seguros para os edifícios propriedade do Município. Isto é algum equívoco?” -----

----- Tomando a palavra, o CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA prestou os seguintes esclarecimentos técnicos: “Se me é permitido, esclarecia a questão as despesas com pessoal nos órgãos municipais. Importa ter presente o seguinte, por força das leis do orçamento de Estado foram induzidas, durante um conjunto de anos, reduções remuneratórias. Essas reduções remuneratórias tiveram influência até ao ano transato, ou seja, em bom rigor, mesmo sem entrada de funcionários em 2020, 2020 iria assinalar um acréscimo das despesas com pessoal face a 2019, mesmo num cenário de variáveis iguais porque há variáveis na despesa que têm influência que, muitas vezes, passam despercebidas. Dou um exemplo, as despesas com a ADSE, que é o Município que as comparticipa e que deriva dos atos médicos dos funcionários ou agentes. No contexto do executivo, há um aumento decorrente de não



existirem aumentos remuneratórios em 2020 face ao que foi em anos anteriores, parciais, porque houve reduções ainda parciais. Não se nota depois no restante, há uma quebra do ponto de vista geral porque há uma saída de 18 funcionários. Há uma quebra do número funcionários no Município de 2019 para 2020, essencialmente, por aposentações. Se são aposentações, estamos a falar de encargos remuneratórios de funcionários que estarão já numa fase próxima do topo da carreira. É esse o facto que está a influenciar o contexto geral de despesas com pessoal. -----

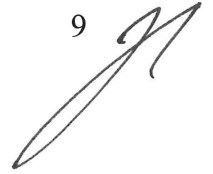
Já a questão da apólice de seguros, posso dar um exemplo da Polícia de Segurança Pública em Portugal que não tem seguros na área das viaturas. É uma questão de opção. -----

E, refiro o seguinte, se amanhã, ocorrer um terramoto como de 1755 e o Estado, na sua generalidade, tivesse apólices dos seus ativos, não sei se as seguradoras iriam ter capacidade de participar neste âmbito ou se o Estado iria acabar, com contextos legislativos, não honrar aquilo que seria a falência, certamente, das seguradoras. O Município não tem. Poderá daí advir que, durante todos estes anos não ter este encargo. É uma circunstância que vem desde sempre. -----

Quanto à duplicação e Seiça, efetivamente, é um lapso do documento, ou seja, está disposto duas vezes. Um lapso efetivo.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Procurando responder às questões que foram colocadas. -----

O deputado Nuno Baptista fala do investimento e de eu ter, hoje aqui, não dito que era o maior investimento dos últimos 16 anos, como consta do relatório. Esta questão já foi colocada pelo senhor vereador José Reis, no decurso da reunião de Câmara. Tive a oportunidade de lhe entregar um documento oficial do Município, onde aquilo que digo no relatório é a verdade. Só em 2004 é que são 16 milhões de euros de investimento. Daí para cá, nunca houve um investimento, tão grande, como em 2020. O senhor vereador disse que procurou e que os números não batem certo. Sinceramente, não fui verificar, mas perguntei ao chefe de divisão, ele está aí, pode confirmar, tendo dito que os números que aqui estão são os corretos. Fiz o meu relatório com base num documento oficial que, como disse, tive a oportunidade de entregar ao senhor vereador e posso também entregar a si. Foi com base nisto que fiz a minha intervenção inicial da nota introdutória do relatório. -----

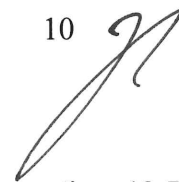


A questão do Município de Ourém ser, segundo o relatório do Tribunal de Contas, dos concelhos que menos investiu no apoio às famílias no âmbito da pandemia. Curiosamente, na passada semana, estivemos na CIMT, onde foram apresentados os gastos que todos os 13 municípios tiveram, no âmbito da Pandemia, através da CIMT porque, a maior parte das despesas, conforme já disse, foram feitas através da Comunidade. O Município de Ourém é o que tem, de longe, o valor mais alto dos 13. Como também já tive oportunidade de dizer, esses valores não constavam do relatório do Tribunal de Contas porque a CIMT só efetuou as notas de débito em dezembro do ano passado e o relatório do Tribunal de Contas é anterior a essa data. Esclarecer esta situação que me parecer ser esclarecida para que não restem dúvidas. --- Os três milhões gastos com a pandemia. Recordo que a pandemia começou o ano passado, mas que infelizmente continua este ano. Os três milhões de euros hão de ser o somatório dos valores que investimos o ano passado com aqueles que já investimos este ano e que ainda não estão refletidos no relatório porque, a pandemia continua. -----

Grau de execução da despesa. Obviamente, não estamos satisfeitos, gostaríamos de ter muito mais. Quem está deste lado e quem está minimamente preparado para exercer estas funções, não só eu como os meus colegas, sabemos das dificuldades que temos, hoje, na adjudicação de obras e na demora que isso aconteça, seja por alguns concursos ficarem desertos, seja pelo Tribunal de Contas demorar muito tempo a responder às nossas questões. Não estamos satisfeitos, queremos mais, mas é aquilo que é possível fazer e penso que muito se tem feito. – Apólice de seguro. Estranho essa questão. sempre foi assim, o Dr. Fernando Marques acabou de confirmar. Admiro-me, em oito anos que o Partido Socialista aqui esteve, nunca ter colocado esta questão. Sempre foi assim. -----

A deputada Helena Pereira pergunta porque só agora houve este investimento. Senhora deputada, em 2021, será igual ou superior a este valor, portanto, não foi só em 2020. -----

Os senhores deputados do Partido Socialista quanto ao exercício de 2017, votaram favoravelmente as contas. Hoje não sei qual o sentido de voto, admito que se possam abster. Mas, vou comparar alguns números com 2017, quando os senhores votaram a favor e 2020, quando os senhores, provavelmente, não irão votar a favor. Números. Dívida em 2017, 11,7 milhões de euros. Dívida atual 6,5. Investimento em 2014, 2015 e 2016, 13,7 milhões de euros. Investimento em 2018, 2019 e 2020, 25,9 milhões de euros. Investimento, nestes três anos,



pelo Partido Socialista, 13,7 milhões de euros. Investimento só em 2020, deste executivo, 13,5, ou seja, num ano, em 2020, investimos tanto como os senhores em três anos. -----

Outro número interessante. Saldo de depósitos à ordem e caixa que o Partido Socialista nos deixou, 2,6 milhões de euros. Era o valor que existia em saldo depósito à ordem no Município. Em 31 dezembro 2020, havia 11,5 milhões de euros. Os senhores votaram favor do orçamento, em 2017, quero ver a vossa coerência. Os números estão à vista. -----

Ainda em 2017 o fundo de maneiço do Município era 4,9 milhões de euros. Agora, é 13,4. -----

O cash flow em 2017 era de 7,8 milhões de euros, agora é 9,6. -----

Solvabilidade em 2017, 4,07. Em 2020, 8,73. -----

Grau de autonomia financeira. Em 2017, 0,75. Em 2020 0,89. -----

Liquidez geral. Em 2017, 1,84. Em 2020, 5,10. -----

Acho que os números estão à vista e aguardo com expectativa a vossa votação para ver a vossa coerência em termos de votação. -----

Em relação ao senhor Presidente de Junta de Freguesia de Seiça que falou no investimento. Obviamente que também gostaríamos de investir mais nas Freguesias. Sabe que existem muitos projetos a nível de Freguesia a serem executados, entre eles, o que falou há pouco na sua intervenção, na rua do Pombalinho, rua das Serradas, os arranjos exteriores da casa mortuária de Seiça, que queremos colocar tudo no mesmo procedimento e, assim, ficar, definitivamente, requalificado todo o espaço central da Freguesia de Seiça que bem precisa. ---
Muito obrigado” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, expôs o seguinte: “Em primeiro lugar não fiquei esclarecido com aquela questão, com o Dr. Fernando Marques, com o aumento de 15%. Eu acho que há duas rubricas diferentes. Ele fala na diminuição dos gastos com funcionários e explicou o porquê. Mas, o que li, e posso ter lido mal, há uma rubrica diferente que é para os órgãos autárquicos e não para os funcionários e, é nessa rubrica, que vi que há um aumento perto de 15%. Eu, não me parece que, este ano especialmente, tenha havido a reversão dos cortes de 15%, mas posso ter percebido mal e fiquei com essa dúvida. -----

Segunda questão é sobre o seguro. Referi este facto porque vem referido no relatório do senhor ROC e, nós atentos, lemos o relatório do ROC. Parece-nos uma questão coerente. O senhor Presidente é responsável pela questão política. Se para trás não estava feito, na minha



opinião estava mal. O Dr. Fernando Marques falou num terramoto, eu falo num incêndio que é uma coisa mais local, mais específica. É uma opção. Referimos o facto porque vem referido no relatório do ROC. Era inimaginável, para nós, saber que não havia isso, só os órgãos executivos é que devem ter acesso a isso, por isso, pus a questão. -----

Gostaria de ver a comparação 2009 / 2020.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Não querendo substituir ao Dr. Fernando Marques, ele está muito mais habilitado para responder do que eu, mas parece-me que a questão dos órgãos sociais pode ter a ver com a alteração da contabilização dos acréscimos de custos com as férias e os subsídios de férias dos órgãos sociais porque, no passado, no POCAL, penso que isso não acontecia. Penso que é isso, mas o Dr. Fernando Marques e o Dr. Paulo Braz, a quem agradeço também a presença e o seu trabalho, poderão ajudar também neste esclarecimento. -----

Relativamente ao seguro, aquilo que os ROC fizeram este ano, penso eu, fizeram-no em 2017, 2018, 2019 e 2020. Penso que isso se reflete há muitos anos, em todos os relatórios. É uma chamada de atenção que os senhores revisores fazem aos órgãos políticos do Município. -----

Aproveito, se houver alguma curiosidade, para verificarem nos outros municípios se alguns têm esse seguro. -----

Entendemos que é um gasto, se assim se pode entender, que não se justifica. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA expôs o seguinte: “Gostaria de clarificar um pouco mais a questão das despesas. O Município não fez qualquer alteração neste âmbito. Este acréscimo deriva essencialmente da inexistência de reduções remuneratórias impostas pela Lei do Orçamento de Estado. Não houve qualquer alteração na composição do órgão executivo ou dos nomeados no contexto do órgão executivo que derivasse em qualquer acréscimo de despesa. Há uma alteração no contexto da base remuneratória por força desse impacto daí decorrente.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR – 18 GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA; 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP; 02 GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIALISTA E 11 ABSTENÇÕES**



– 09 GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIALISTA; 02 DO GRUPO MUNICIPAL MOVE – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista expôs o seguinte: “O grupo municipal do Partido Socialista, abstêm-se na votação do relatório de contas e de gestão do ano económico de 2020, só e simplesmente porque o relatório elaborado pelos serviços do município, está tecnicamente muito bem elaborado e porque existe um parecer favorável do Revisor Oficial de Contas. -----

Do ponto de vista do desenvolvimento do nosso município, o ano de 2020 foi claramente negativo, pois este desenvolvimento ficou refém das políticas partidárias com objetivo unicamente centrado no ciclo eleitoral. -----

O saldo orçamental de 16,7 milhões de €, revela as notórias dificuldades que este executivo teve em implementar o seu próprio programa. -----

Fica a dúvida no ar, se essas dificuldades foram propositadas por calculo eleitoral ou foram por incompetência da gestão municipal. -----

Uma certeza nós temos, quer seja por uma razão ou por outra, estas incapacidades tornam-se gravíssimas para o desenvolvimento do nosso concelho.” -----

= CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Votei a favor do Relatório de Contas de 2020, embora as nossas expetativas, no que se refere à execução dos projetos que não foram executados na sua totalidade, passando para 2021. -----

Apesar disso, ficamos esperançados da superavit orçamental existente permita que, este ano, um maior investimento nas obras de requalificação que a Freguesia de Seiça tanto necessita. –

Senhor Presidente, não se preocupe que este ano seja ano de eleições, pois nós, muito gostaríamos que fizesse mais obras de requalificação pois, a população agradece. Já está à espera há muito tempo. -----

Muito obrigado” -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Analisados todos os documentos em apreço, bem elaborados pela Divisão

de Gestão Financeira (DGF) e corroborados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), conclui-se que as contas do município, de um ponto visto técnico, foram bem elaboradas. -----

No entanto, e o que para o MOVE importa principalmente referir, do ponto visto político-partidário e até estratégico, as opções e orientações desde executivo camarário, traduziam-se na nossa opinião, num equilíbrio orçamental conseguido através de uma poupança desmedida, que resultou na falta de investimento público ao longo destes quase 4 anos. -----

De facto, 4 anos não são 4 dias, e por mais quisermos, o tempo não pára, muito menos recua.

E se pensarmos no tempo que qualquer projeto/obra demora desde a sua idealização até à sua efetiva concretização, num país tão burocrático como o nosso, o tempo é efetivamente precioso, e entendemos, por isso, que não podendo estar as espera de oportunidades de financiamento ou apoios comunitários para definir estratégias e/ou obras, mas sim procurar inovar e propor ideias, projetos e obras procurando financiamentos e apoios para esses efeitos.

A maiorias das obras concluídas durante os últimos 4 anos têm mão do anterior executivo do qual o MOVE fez parte. Onde estão as obras de fundo apregoadas desde 2018 até hoje? E as estratégias de desenvolvimento do Concelho? -----

É neste contexto que o Move abstém-se, já sem esperança de qualquer mudança de estratégia deste executivo, com a plena consciência de que este concelho e todos os que lhe habitam mereciam mais.” -----

= SUSANA MARGARIDA SANTOS COSTA PEREIRA, na qualidade de Tesoureiro da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente -----

O voto da Freguesia da Piedade é a favor. -----

Pedimos, à semelhança do ano anterior, que seja feito um maior investimento nas freguesias.

Que o que não foi feito, possa ser feito futuramente, independentemente, de ano de eleições ou não. Há muita coisa que, realmente, ficou para trás e que vai ficando e que é preciso ser feito porque as freguesias não têm capacidade orçamental para fazer tudo, precisando da Câmara Municipal. -----

Muito obrigado” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 28 de junho 2021. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,

